

Sobreviventes da tragédia de 2011 ainda lutam por casa e dignidade

15 anos depois da maior tragédia do país, famílias ainda aguardam por moradia

Por Gabriel Rattes

Quinze anos após a maior tragédia climática da história da Região Serrana do Rio de Janeiro, as marcas seguem vivas não apenas nas áreas atingidas, mas principalmente na vida de quem sobreviveu. Na madrugada de 12 de janeiro de 2011, sete municípios foram atingidos por uma das maiores tragédias climáticas da história do Brasil. Chuvas intensas provocaram enchentes e deslizamentos de terra que devastaram bairros inteiros.

Segundo dados das prefeituras, 918 pessoas morreram e mais de 300 ficaram desaparecidas. A força da água e da lama arrastou tudo pelo caminho: carros foram parar em telhados, casas desceram encostas e comunidades inteiras desapareceram.

Em 2026, ainda há famílias vivendo de aluguel social, outras em conjuntos habitacionais com problemas estruturais e pessoas que seguem na Justiça em busca de indenização. O Correio Petropolitano ouviu personagens que representam diferentes lados dessa história: quem foi reassentado, quem ainda espera moradia definitiva, quem luta por compensação e quem acompanha a situação das vítimas há mais de uma década.

Vida Suspensa

O empresário Adalberto Cabral Motta perdeu praticamente tudo: família, casa, amigos, empresa e a referência de vida. Ele conta que só conseguiu chegar ao local depois que a água baixou e que, ao ver o cenário, entendeu que nada seria como antes. "Você entra no modo sobrevivência. Por quase três anos vivi só pelo instinto. Por fora parecia forte, mas por dentro estava destruído. Era como estar no espaço, sem rumo e sem chão", diz.

"Hoje, em relação àqueles dias, eu posso dizer que estou bem, mas sinto um vazio, de vez em quando. A saudade é grande, e é isso que realmente pesa muito para a gente, principalmente para mim", enfatizou.

Adalberto recusou o Minha Casa Minha Vida porque morava em um sítio e não se adaptaria ao modelo oferecido. Em 2013, recebeu proposta de indenização de R\$ 25 mil. "Com esse valor não dava para comprar nada, nem construir. Então entrei na Justiça contra o Estado e o Inea. Estou esperando até hoje".

O sentimento, segundo ele, é de injustiça e abandono. "A gente paga imposto, mas quando precisa, não tem direito a nada. A gente se



Segundo dados das prefeituras, 918 pessoas morreram e mais de 300 ficaram desaparecidas após as chuvas

Reprodução/Diocese de Petrópolis



Em 2026, ainda há famílias vivendo de aluguel social e outras em conjuntos habitacionais

sente injustiça, com as mãos atadas, sem poder, sem ter muito o que fazer". Mesmo assim, diz que ainda acredita que a Justiça será feita.

Memória Viva

Moradora do Condomínio Vicenzo Rivetti, Mariana Miguez conta que acreditou em um recomeço ao receber a chave do apartamento. "A gente acredita que é um novo começo, ter novamente a casa própria. Mas quem passou por isso não consegue esquecer. A cada chuva, a memória volta como se tivesse sido ontem", relata.

O condomínio, construído para reassentar famílias atingidas por deslizamentos, enfrentou problemas desde o início. Segundo Mariana, além das falhas, houve

dificuldade de convivência. "Muitas pessoas juntas, com culturas diferentes. Foi um choque. Até hoje não consegui me adaptar".

Para ela, o poder público não entende o impacto emocional da tragédia. "Só quem passa por isso sabe o que é a sensação de perda, de abandono e o medo que fica para sempre". Ao resumir esses 15 anos, escolhe uma palavra: superação.

3 mil à espera de uma moradia

A atual representante das vítimas, Cláudia Renata, fala não apenas como militante da causa, mas também como sobrevivente da tragédia de 2011. Ela morava na Estrada de Teresópolis, na altura de Benfica, uma das áreas atingidas

pelos deslizamentos. Assim como milhares de outras pessoas, perdeu a referência de lar e precisou recomeçar a vida após o desastre.

Desde então, passou a atuar na organização das famílias atingidas

e se tornou uma das principais vozes na luta por moradia definitiva, indenizações e políticas públicas de prevenção na cidade. Segundo a presidente da Comissão das Vítimas das Tragédias da Região Serrana, cerca de 3 mil famílias ainda aguardam uma unidade habitacional em Petrópolis. Da tragédia de 2011, aproximadamente 100 famílias ainda estão no aluguel social.

Ela destaca avanços na área de prevenção, como a criação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e dos Núcleos Comunitários de Pro-

teção e Defesa Civil (NUPDECs), mas afirma que o problema da moradia segue longe de ser resolvido.

Recomeço difícil

Cláudia explica que muitas famílias foram reassentadas longe dos bairros de origem, como no Conjunto Oswaldo Santarsiere Medici, na Posse. "O maior problema é a distância. Leva até três horas para chegar ao centro. E ainda existem problemas graves nas construções, como telhados, parte elétrica, hidráulica e esgoto".

No Vicenzo Rivetti, segundo ela, muitas pessoas sofrem até hoje por estarem longe da família e da antiga comunidade. "Tem casos de depressão e adocicamento".

Luta desigual

A crítica à política habitacional é direta. "Em 2021 eram cerca de 500 famílias precisando de moradia. Hoje são 3 mil. Se continuarmos entregando 140 ou 150 casas a cada 10 anos, não vamos resolver isso nem em 200 anos", enfatizou Cláudia.

Ela cita o empreendimento do Mosela, prometido há anos, que segue praticamente parado. Para Cláudia, falta prioridade política e compromisso com quem perdeu tudo.

Quinze anos depois, a tragédia da Região Serrana não é apenas parte da história. Ela continua presente na vida de milhares de pessoas que ainda esperam por casa, por justiça e por dignidade. Para muitos, o tempo não apagou a dor — apenas ensinou a sobreviver com ela.